

# Presidente adverte contra a alta de juros



FIGUEIREDO

Esta é a íntegra da carta do Presidente João Figueiredo ao P dos Unidos, Ronald Reagan:

1. "Muito lhe agradeço a gentileza de sua carta do dia 26 de junho, particular satisfação verificar que Vossa Excelência, e os demais presentes à recente reunião em Londres, dedicaram especiais cuidados econômicas que acarreta, para numerosos países latinos, situação do endividamento externo.

2. "Já nas conversações manter com Vossa Excelência, quando de sua visita à Brasília tinhamos podido abordar essa questão, a qual se tornara preme decorrência de inusitada conjunção de fatores externos adversos nesses 18 meses que, desde então se passaram, a situação agravou, a ponto de levar-me, em conjunto com outros chefes de governo a dirigir carta aos participantes do encontro de Londres.

3. "É assim com satisfação que vejo Vossa Excelência confirmar a impressão, que havia eu recolhido do teor do comunicado de Londres, de que na reunião dos sete principais países desenvolvidos se deram passos à frente no sentido da introdução de maior flexibilidade no trato da questão da dívida, inclusive com o endosso à idéia de reescalonamentos plurianuais. Constitui também gesto de conteúdo construtivo a disposição de proceder a uma mais intensa discussão das questões financeiras, de interesse para os países em desenvolvimen-

to, no âmbito do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial.

4. "Os progressos realizados na reunião de Londres no que se refere à questão da dívida externa — a começar pela importância então reconhecida ao assunto — denotam a existência de substancial campo para o diálogo e o entendimento entre os governos dos países representados em Londres e os governos de países devedores. Em reunião que onze destes, entre os quais o Brasil, realizaram em Cartagena, Colômbia, a 21 e 22 de junho — e na qual tiveram muito em mente os resultados do encontro de Londres — definiu-se, sob a forma de um abrangente "consenso", conjunto de princípios e proposições concretas que, a nosso ver, constituem base válida, realista e pragmática para a busca de medidas capazes de dar solução à excessiva carga do endividamento e assim contribuir para a criação de condições favoráveis à retomada do desenvolvimento econômico.

5. "Por via diplomática o Governo americano estará tomando conhecimento do "Consenso de Cartagena". De minha parte, desejo expressar à Vossa Excelência a continuada preocupação do Governo brasileiro com a crise do endividamento e seus efeitos econômicos, sociais e políticos, reiterar-lhe minha profunda convicção da necessidade de um exame urgente, e em termos mais amplos e integrados, a nível de governos, de questão de tamanha gravidade e multiplicidade de aspectos. O sentido de urgência da questão se vê negavelmente aumentado pelos atuais níveis das taxas de juros e pela possibilidade que, em futuro próximo, tais taxas regis-

tram novas elevações, fato que preocupa também ao Governo dos EUA, como já publicamente afirmado. As agravuras econômicas e tensões políticas que se registram em vários países endividados, já em si graves, podem vir a atingir níveis insuportáveis no caso de se intensificarem os fatores externos adversos que muitas vezes afetam suas economias. Com base nas conclusões de Londres, e no "Consenso de Cartagena", creio que estão criadas condições particularmente favoráveis para a realização de um diálogo mais amplo entre os governos de países devedores e credores. Tendo anotado, com muita satisfação, a disposição que Vossa Excelência expressa, de manter-se aberto a uma troca de pontos de vista sobre questões relacionadas com a dívida externa, reafirmo-lhe — conforme assinalado no "Congresso de Cartagena" — a disposição que existe no Brasil — e em outros países latinoamericanos — de proceder a uma reflexão conjunta sobre a questão da dívida e seus múltiplos aspectos e consequências, com vistas à busca de medidas capazes de, com o resguardo dos interesses de todas as partes envolvidas, propiciar uma solução para a excessiva corrente do endividamento, a criação de condições favoráveis à retomada do desenvolvimento pelas nações devedoras e à expansão sustentada da economia e do comércio internacional".



REAGAN